

**O EFETIVO EXERCÍCIO DA PARENTALIDADE NO DESENVOLVIMENTO DOS
FILHOS - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA LITERATURA**

THE EFFECTIVE EXERCISE OF PARENTING IN THE DEVELOPMENT OF
CHILDREN – BIBLIOGRAPHIC REVIEW OF THE LITERATURE

Anna Luiza Pelles Machado Pereira Amorim¹

Profa. Andréa Batista Magalhães²

Introdução

Diante das transformações nos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres ao longo dos séculos é possível observar, também, as mudanças ocorridas nas relações de parentalidade.

Na virada do século XIX para o século XX, as funções do pai e as funções da mãe eram entendidas a partir da visão tradicional e patriarcal de família predominante na época e da separação entre masculino, responsável por prover, ser o chefe da família e disciplinar, e o feminino, responsável por cuidar do lar e dos filhos e nutrir. Através do surgimento do feminismo, vários questionamentos e pressões para a mudança da sociedade emergiram, principalmente no que diz respeito ao modo de entender as relações entre pessoas, trabalho e família (Nascimento, 2018).

A partir da década de 1970, os estudos de gênero passaram a questionar alguns entendimentos da psicanálise e a heterossexualidade como norma, impulsionando o surgimento de psicanalistas empenhadas em articular psicanálise e feminismo, que buscaram adaptar e reformular conceitos psicanalíticos (Nascimento, 2018).

¹ Anna Luiza Pelles Machado Pereira Amorim. Graduanda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

² Profa. Dra. Andréa Batista Magalhães. Psicóloga Obstétrica e Perinatal. Doutora em Psicologia da Saúde.

No final do século XX, com maior entrada da mulher no mercado de trabalho, aumento do divórcio e reivindicações das minorias, as novas configurações familiares foram legitimadas (como famílias monoparentais, adoção por casais homoafetivos, recasamentos etc.). E no início do século XXI, contrapondo as previsões pessimistas para os novos modelos de vida, percebeu-se que, mais importante do que manter a família tradicional e os papéis intitulados “de mãe” e “de pai”, era a sensação de pertencimento dos filhos a uma família, o sentimento de serem amados e respeitados e a preservação das características positivas dos seus cuidadores como referências em seu desenvolvimento saudável (Nascimento, 2018).

Com a Constituição Federal da República, em 1988, romperam-se, então, os laços jurídicos com a tradição patriarcal, o afeto passou a ser valor jurídico e a família pôde ser mais democrática, concebida em sua pluralidade. Além disso, numa sociedade conjugal, homens e mulheres tornaram-se sujeitos autônomos, com vontades e percepções nem sempre comuns, mas com os mesmos direitos e obrigações perante a família e os filhos (Amorim, 2022).

A Constituição Federal de 1988, ao reconhecer a diversidade de formações familiares e instituir o princípio da pluralidade, promoveu a ampliação do ordenamento jurídico brasileiro, abrindo espaço para o reconhecimento de múltiplos arranjos familiares. Conforme interpretações do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), atualmente já se identificam mais de 20 configurações, entre as quais estão a família monoparental, a homoafetiva, a adotiva, a matrimonial e a pluriafetiva.

Nesse caminho, Julien (2000, citado por Zornig, 2010) aponta a diferença entre conjugalidade e parentalidade, comparando-os com as distinções entre público e privado na sociedade moderna: as relações conjugais são mantidas no espaço privado, mas, a partir da chegada dos filhos, o espaço público invade o espaço privado da conjugalidade, na medida em que relações de parentesco são organizadas e as responsabilidades do Estado e dos pais são estabelecidas.

Desse modo, é importante refletir sobre os elementos que compõem a construção da parentalidade, vez que o processo de tornar-se mãe e tornar-se pai é um longo percurso que se inicia muito antes do nascimento do filho, transpondo a ideia de modelo de família ideal e focando na subjetividade da história individual de cada um dos pais e da história relacional do par conjugal, que impactarão diretamente na história do filho.

Também é necessário pensar na parentalidade para além da conjugalidade. O Novo Código Civil de 2002, alterado pela Lei nº 13.058 de 2014 (Lei da Guarda Compartilhada), aponta que compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar (Brasil, 2014). Independentemente do tipo de guarda, é dever dos pais ocupar-se com sua educação e participar nas decisões sobre a vida da criança/adolescente.

A conjugalidade (ser esposo/esposa) pode acabar, mas a parentalidade (ser pai/mãe) e a coparentalidade (respeitar o outro como pai/mãe) são eternas. Não existe “ex-pai” e “ex-mãe”. Nascimento (2018) destaca a grande dificuldade em separar conjugalidade de parentalidade após a separação: “o seu ex não é ex dos seus filhos”.

Nascimento (2018) compreende o conceito de parentalidade como educação e socialização dos filhos e a coparentalidade como apoiar o outro na sua parentalidade, reforçando sua autoridade em vez de entrar em disputa. O autor avalia a parentalidade em sua prática profissional a partir da adaptação das categorias propostas por McHale nas seguintes características: afetividade, provisão de estrutura, colocação de limites, sensibilidade e investimento.

Cowan e Cowan (2019, citados por Cavalcanti et al. 2024) desenvolveram o Modelo dos Cinco Domínios de Fatores de Risco e Protetivos para os Sistemas Familiares, sendo eles: individual (características de cada membro da família, como saúde mental, autoestima e expectativas quanto ao parto e ao bebê); conjugal (interações do casal, padrões de divisão de trabalho e comunicação); parental (relação entre cada cuidador do bebê); intergeracional

(relações entre avós, pais e netos); e social (equilíbrio entre estressores externos à família e o apoio social).

Cervený e Berthoud (2002), ao apresentarem os estágios do ciclo vital da família, convidam a pensá-la sistemicamente desde a fase de aquisição do casal, ou seja, como um sistema de relações que opera de acordo com certos princípios básicos e que evolui no seu desenvolvimento de modo particular e complexo.

E ao pensar a família sistemicamente, Costa (2010), em seu artigo “A Perspectiva Sistêmica para a Clínica da Família”, cita Maria José Esteves de Vasconcellos, autora do livro “Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência”, para abordar o sistema em relação, que deve ser visto em seu contexto (um sistema em relação com outros sistemas); em sua complexidade (com interações múltiplas e diversas); em sua instabilidade (articulações e mudanças em constante andamento); e em sua intersubjetividade (realidades múltiplas decorrentes de interações), sendo o diálogo essencial ao desenvolvimento saudável de seus membros.

A partir desse referencial este artigo pretende apresentar reflexões sobre a importância do efetivo exercício da parentalidade no desenvolvimento dos filhos sob a ótica do Pensamento Sistêmico, considerando as múltiplas formas de configurações familiares existentes na contemporaneidade e os desafios envolvidos na criação e educação dos filhos.

Os objetivos específicos são: explorar o conceito de parentalidade e seu impacto no desenvolvimento dos filhos, em especial das crianças; compreender as dinâmicas familiares e sua influência na educação dos filhos a partir da visão sistêmica; identificar os desafios enfrentados pelas diferentes configurações familiares na criação dos filhos; discutir estratégias e boas práticas para fortalecer o exercício da parentalidade no contexto atual.

Metodologia

Foi elaborada uma revisão bibliográfica da literatura, fundamentada na análise de publicações acadêmicas relevantes ao tema. A seleção do material foi conduzida a partir de bases de dados reconhecidas, considerando critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Esta pesquisa bibliográfica seguiu as diretrizes metodológicas propostas por Gil (2008), que a caracteriza como um estudo desenvolvido com base em material já publicado, permitindo compreensão aprofundada do objeto de estudo.

Critérios de elegibilidade

Os critérios de elegibilidade foram determinados a partir do mapeamento de artigos que continham parentalidade, coparentalidade, práticas e funções parentais, dinâmicas e estruturas familiares como centro da discussão. Elegeu-se como critério a seleção de produções feitas por autores brasileiros nos últimos cinco anos. Todos os tipos de estudo foram aceitos.

Estratégia de busca

A busca foi realizada pelo Portal Regional da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) a partir das bases de dados selecionadas, conforme consta na estratégia de busca da Tabela 1, presente na parte de Resultados. Os descritores e operadores booleanos utilizados foram Parenting AND Psychology AND Parent-Child Relations. As bases de dados pesquisadas foram LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Index Psicologia - Periódicos e IBECS (Índice Bibliográfico Espanhol em Ciências de la Salud).

Seleção e extração dos dados

A seleção ocorreu em quatro fases e, após cada uma delas, foram realizadas inclusões e exclusões de acordo com os critérios estabelecidos.

Na fase 1 (Identificação) foi realizada a busca dos estudos a partir da utilização dos descritores e do operador booleano (Parenting AND Psychology AND Parent-Child Relations) e da seleção das bases de dados no Portal Regional da BVS. Na fase 2 (Triagem) foi feita a leitura dos títulos e dos resumos dos artigos e aplicados os critérios de inclusão e exclusão. Na fase 3 (Elegibilidade) foi realizada a leitura dos artigos completos, com a seleção dos que atenderam aos critérios de elegibilidade. Na fase 4 (Inclusão) foi construída uma tabela (Tabela 2) com títulos dos artigos, nomes dos autores, objetivos, método, resultados e conclusões, com posterior síntese qualitativa dos estudos.

Resultados

Seleção dos estudos

As bases de dados LILACS, Index Psicologia - Periódicos e IBECs foram selecionadas a partir do Portal Regional da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). Foram utilizados os mesmos descritores e o mesmo operador booleano para todos os repositórios, sendo eles: Parenting AND Psychology AND Parent-Child Relations.

Conforme descrito na Tabela 1, no repositório da LILACS, foram encontrados 116 resultados; no repositório do IBECs, 113 resultados; e no repositório Index Psicologia - Periódicos, 75.

Tabela 1

Estratégia de Busca

Base de Dados	Descritores	Resultados
LILACS	Parenting AND Psychology AND Parent- Child Relations	116
IBECs		113
Index Psicologia – Periódicos		75
Total		304

Foram identificados, inicialmente, 304 registros no banco de dados BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), a partir da seleção das bases de dados LILACS, IBECs e Index Psicologia – Periódicos. Com a aplicação dos filtros de texto completo e intervalo de anos de 2020 a 2025, foram encontrados 91 resultados, sendo 38 da LILACS; 31 do Index Psicologia - Periódicos; e 22 do IBECs. Foram automaticamente excluídos os itens duplicados, restando 60 resultados. Após aplicação do critério de exclusão, entendido a partir de seleção de artigos com autoria nacional, no repositório da LILACS foram encontrados 25 resultados; no Repositório do Index Psicologia – Periódicos, 24; e nenhum no IBECs. Todos os 24 artigos encontrados no repositório do Index também estavam presentes no repositório da LILACS, restando, ao total, 25 artigos para a leitura dos títulos e resumos.

Na fase de leitura dos títulos, foram excluídos 10, e na leitura dos resumos, 5, por não atenderem a todos os critérios de elegibilidade, restando 10 registros para a leitura completa dos textos.

Após a leitura completa dos estudos, foram excluídos 5 registros: 1 por abordar estratégias de resolução de conflitos por adolescentes; 1 por se concentrar na pandemia de COVID-19 como foco temático; 1 por tratar da geografia dos cuidados em contextos específicos; 1 por focar na compreensão dos ambientes ecológicos; e 1 por discutir a construção da subjetividade feminina durante a Pandemia da COVID-19.

Foram selecionados 5 estudos para síntese qualitativa dos dados.

4.2 Síntese descritiva dos estudos incluídos

Tabela 2

Síntese descritiva dos estudos incluídos

Título do Artigo	Autores/ Ano/ Desenho do estudo/ País	Objetivo	MÉTODO			Resultados	Conclusão
			Participantes	Problemática ou Diagnóstico/ Tipo de intervenção	Instrumentos/ Procedimentos		
Orientação a Práticas Parentais: descrição de um programa de intervenção individual breve	Benites, Cauduro, Vaz, Borges, Selau, Yates	Descrever um modelo de programa de orientação a práticas parentais breve de sete encontros em modalidade individual.	Três casos de famílias diferentes que foram encaminhados a orientação de práticas parentais após a realização de avaliação psicológica de um dos filhos no Centro de Avaliação Psicológica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	Demandas singulares de cada caso. Em geral, problemas de relacionamento familiar e de comportamento dos filhos.	Sete encontros com temáticas pré-estabelecidas. A quantidade e o conteúdo das sessões variaram a fim de atender as demandas de cada caso. Temas: apresentação da intervenção e definição dos objetivos; experiência dos pais; rotina e autonomia; práticas parentais e comportamentos adequados; comportamentos inadequados; sessão livre; encerramento.	A análise dos casos revelou características comuns entre as práticas parentais dos participantes, como: dificuldade em estabelecer regras, limites e rotina; dificuldade em empatizar com os problemas da criança; uso de práticas parentais inadequadas; expectativas incompatíveis com as idades das crianças; influência significativa da infância dos pais ou cuidadores no desenvolvimento de suas práticas parentais; sobrecarga na figura materna, especialmente em famílias intactas.	A intervenção breve apresentou resultados positivos na mudança das relações familiares.

As Funções Parentais em Casais Homossexuais Masculinos com Bebês	Ogaki e Piccinini	Investigar as funções parentais em casais homossexuais masculinos a partir das teorizações de Winnicott.	Dois casais de homens.	Estudo de caso a partir da realização de entrevistas conjuntas e individuais. Os resultados foram submetidos à análise temática, que incluiu quatro subtemas: relacionamento com o/a filho/a, cuidados com o/a filho/a, demarcação de limites e divisão de tarefas entre o casal.	Entrevistas realizadas por videoconferência.	O vínculo pais-filho (a) foi construído a partir dos cuidados cotidianos, divididos de forma igualitária pelos casais. Observou-se em cada participante aspectos da função materna e da função paterna propostos por Winnicott.	As funções que os adultos exercem junto aos bebês, mais do que materna e paterna, são funções parentais, independentes de gênero ou orientação sexual do cuidador.
Tornar-se Pais: uma compreensão gestáltica das diferentes parentalidades contemporânea	Gualberto e Andrade	Compreender a vivência de algumas modalidades de família na decisão de ter e criar filhos.	As pesquisadoras investigaram três modelos de famílias: monoparental, casal heterossexual e homossexual.	Pesquisa qualitativa fenomenológica.	Entrevistas semiestruturadas gravadas em áudio.	A partir da Abordagem Gestáltica, os resultados indicaram que a chegada do filho traz incertezas, interrogações, novas divisões de tarefas e renúncias por parte das famílias.	As famílias vivem experiências semelhantes independente do seu modelo.
A Experiência da Coparentalidade na Guarda Compartilhada	Weber, Machado e Pereira	Compreender a experiência da coparentalidade na	Três casais heterossexuais adultos separados ou divorciados	Pesquisa qualitativa descritiva-exploratória com estudos de	Entrevistas semiestruturadas gravadas em áudio.	A coparentalidade na guarda compartilhada é influenciada por conflitos conjugais passados, pela interdependência entre	Intervenções como mediação familiar e apoio psicológico são essenciais para promover uma

		perspectiva de pais separados que possuem a guarda compartilhada dos filhos.	que possuem guarda compartilhada dos filhos.	casos coletivos. Após a análise de dados, estabeleceram-se as categorias temáticas: divisão das responsabilidades, tarefas de cuidado e tempo com os filhos; comunicação; apoio/solidariedade x antagonismo/dissonância.		relação conjugal e parental e pelo nível de conhecimento dos pais, que pode favorecer interações mais cooperativas.	coparentalidade saudável na guarda compartilhada, ajudando os pais a gerenciar conflitos e colaborar na criação dos filhos.
Sintomas de Ansiedade e Depressão em Crianças: associações com o funcionamento familiar	Lima, Pasinato, Costa e Mosmann,	Avaliar a correlação e o poder preditivo dos fatores da parentalidade e da coparentalidade em sintomas clínicos de ansiedade e depressão nos filhos.	50 indivíduos (33 homens e 17 mulheres) que vivem em coabitação com o parceiro e têm pelo menos um filho com idade entre 7 e 11 anos.	Pesquisa quantitativa, transversal e explicativa.	Instrumento composto por 6 escalas, que avaliaram parentalidade, coparentalidade e sintomatologia na prole.	Os achados sugerem que a qualidade do funcionamento dos subsistemas parental e coparental, separadamente e em conjunto, associa-se a determinados comportamentos sintomáticos nos filhos.	Os filhos são suscetíveis à qualidade do funcionamento dos subsistemas parental e coparental.

Benites et al. (2021) desenvolveram um programa de orientação de práticas parentais (Propap) a partir das demandas do Centro de Avaliação Psicológica (CAP) da UFRGS. O programa de sete encontros esteve voltado a orientar cuidadores na melhoria de suas práticas parentais. A pesquisa analisou três casos, identificando características comuns entre eles, como: uso de punição corporal, dificuldades de empatia para com a criança, estilo parental autoritário e expectativas inadequadas em relação à idade das crianças. Além disso, destacou-se a influência da infância dos cuidadores em suas práticas parentais e a sobrecarga materna em famílias intactas.

Dessa forma, o treino parental, ao auxiliar no entendimento dos pais sobre a influência de suas práticas parentais no comportamento de seus filhos, objetiva modificar o contexto em que a criança está inserida e, assim, contribuir para que as intervenções realizadas se mantenham a longo prazo. Ademais, verificou-se a importância da coparentalidade e de um diálogo para a disciplina unificada, isto é, a qualidade do diálogo do casal impacta na forma como os filhos percebem sua autoridade.

Ogaki e Piccinini (2023) questionaram em seu estudo se as teorias do psicanalista Winnicott, referentes aos cuidados maternos e paternos, aplicam-se e contribuem para outras formas familiares senão a heteronormativa, como era o esperado na época de seus escritos. Os autores realizaram um estudo de caso com dois casais homossexuais masculinos a fim de investigar como eles exercem as funções parentais com seus bebês a partir desse referencial teórico.

Diante da pesquisa notou-se que os vínculos pais-filho/a foram construídos por meio dos cuidados cotidianos, com os casais buscando dividir as responsabilidades de forma igualitária, sem divisão de tarefas por gênero e, conseqüentemente, sobrecarga para uma das partes.

Cada participante demonstrou aspectos das funções materna e paterna, concluindo que a teoria psicanalítica de Winnicott pode ser aplicada a casais homossexuais masculinos. Ao mesmo tempo, os autores convidam a repensar em aspectos da teoria, visando contemplar novas configurações familiares. Ogaki e Piccinini (2023) concluíram também que mesmo que os pais possam exercer as mesmas atividades de cuidado, eles imprimem suas personalidades, preferências e modos de atuar nelas, bem como assumem os cuidados de seus filhos desde o nascimento, cumprindo as funções necessárias ao seu desenvolvimento.

É possível pensar, assim, em parentalidade e funções parentais em vez de maternidade e paternidade, funções maternas e paternas, visto que funções tradicionalmente denominadas materna e paterna são, na realidade, funções parentais que transcendem gênero e orientação sexual.

Gualberto e Andrade (2021), assim como Ogaki e Piccinini (2023), trouxeram em sua pesquisa uma contextualização histórica da compreensão de família e parentalidade, que foi modificada ao longo dos séculos e hoje pode ser compreendida a partir da multiplicidade. A partir da Abordagem Gestáltica, elas investigaram as experiências de diferentes configurações familiares na decisão de ter e criar filhos, explorando semelhanças e diferenças entre os modelos familiares e identificando possíveis dificuldades enfrentadas por essas famílias.

A decisão por ter filhos baseia-se hoje nas histórias e realizações pessoais/sociais dos pais, não mais por necessidade de modelo de família nuclear tradicional. Dentro da multiplicidade de individualidades, algumas causas que sustentam o desejo de um homem e/ou uma mulher na transição para a parentalidade destacadas pelas autoras são: continuidade da própria existência ou reprodução da espécie; busca de sentido de vida; necessidade de reconhecimento e valorização social; amor pelas crianças; reprodução tradicional do modelo de família de origem; e filhos não planejados, mas aceitos por suas famílias.

A pesquisa envolveu três tipos de família: monoparental, casal heterossexual e casal homossexual masculino e evidenciou que o modelo familiar não define a qualidade da experiência parental, uma vez que desafios e alegrias da criação dos filhos são semelhantes em diferentes configurações. A chegada dos filhos exige reorganização de rotinas, divisão de tarefas e mudanças nas dinâmicas familiares, reforçando que a parentalidade é uma construção contínua e compartilhada, um processo dinâmico e subjetivo influenciado mais pelas relações e envolvimento dos cuidadores do que pela estruturação familiar.

O estudo de Weber et al. (2021), realizado com três casais heterossexuais adultos separados ou divorciados que possuem guarda compartilhada dos filhos, revelou que a coparentalidade na guarda compartilhada é influenciada pelos conflitos conjugais anteriores e afetam a colaboração entre os pais após a separação, uma vez que os papéis conjugais e parentais se confundem.

A interdependência entre a relação conjugal e a coparentalidade foi evidente, indicando que desentendimentos conjugais podem impactar a dinâmica parental. Além disso, o nível de conhecimento dos pais sobre coparentalidade mostrou-se um fator importante para interações mais positivas, sugerindo que maior informação pode favorecer uma relação mais cooperativa.

As autoras destacaram a relevância da preservação e do compartilhamento da parentalidade entre ambos os pais após o fim de um relacionamento conjugal, enfatizando os desafios de exercer a parentalidade no pós-divórcio a fim de preservar uma coparentalidade saudável com apoio mútuo.

Lima et al. (2024) investigaram como os fatores de parentalidade e coparentalidade estão relacionados aos sintomas de ansiedade e depressão em crianças. A pesquisa realizada foi quantitativa, utilizando 6 escalas para avaliar aspectos de parentalidade, coparentalidade e sintomatologia infantil, e contou com a participação de 50 indivíduos que coabitam com seus parceiros e têm pelo menos um filho entre 7 e 11 anos.

Os resultados das correlações entre os fatores e os modelos de predição para ansiedade generalizada e depressão evidenciaram que as interrelações familiares ocorrem de forma circular e sistêmica e que aspectos da parentalidade e da coparentalidade, isolados ou combinados, estão associados a comportamentos sintomáticos dos filhos.

Os autores destacaram a importância de pais, profissionais da saúde mental e pesquisadores compreenderem, intervirem e investigarem sintomas clínicos associados às características do contexto e à perspectiva da complexidade e da intersubjetividade, pressupostos sistêmicos fundamentais para compreender o sistema e o indivíduo, bem como a saúde individual e familiar como indissociáveis.

Em consonância a essa evidência, Gualberto e Andrade (2021) citaram em sua pesquisa o estudo de Macie e Stolberg (2003), que encontraram associações entre a qualidade da coparentalidade, bem como suas especificidades (triangulação, comunicação, conflito, cooperação) e os sintomas de ansiedade e depressão nos filhos.

É importante destacar, também, o estudo de Costa et al. (2017) citado por Lima et al. (2024) em sua pesquisa, que evidenciou que conflitos, sabotagem, competitividade e baixos níveis de apoio entre a dupla de cuidadores caracteriza uma coparentalidade deficiente, prejudicial ao desenvolvimento saudável da criança.

Por fim, os achados de Weber et al. (2021) destacaram a necessidade de intervenções que promovam uma coparentalidade saudável no contexto da guarda compartilhada. Programas de mediação familiar, psicoterapia e outras formas de apoio podem ser fundamentais para auxiliar pais separados a gerenciarem conflitos e colaborarem de forma eficaz na criação dos filhos, minimizando impactos negativos decorrentes da separação conjugal e reforçando que a parentalidade e a coparentalidade devem continuar cooperativamente, mesmo com o fim da relação conjugal.

Discussão

A partir do estudo das obras selecionadas para a análise qualitativa do presente trabalho notou-se a necessidade de se pensar a coparentalidade para além da parentalidade tradicional (Nascimento, 2018), considerando que a qualidade da relação coparental pode influenciar diretamente fatores relacionados à saúde mental dos filhos (Benites et al., 2021). Tal reflexão emerge da compreensão da multiplicidade de configurações familiares existentes na contemporaneidade, na qual as funções parentais deixam de ser rigidamente divididas entre pai e mãe e passam a ser contempladas em diversas estruturas familiares.

Mais importante do que a função atribuída a pai ou mãe é a atuação parental em si, que transcende gêneros e orientações sexuais. Os vínculos parentais são construídos por meio dos cuidados cotidianos, da divisão de tarefas, da impressão de traços de personalidade e do modo de agir dos cuidadores (Ogaki & Piccinini, 2023), preservando suas características positivas como referências no desenvolvimento saudável dos filhos (Nascimento, 2018).

Nesse contexto, a parentalidade é vista como uma construção contínua, compartilhada, dinâmica e subjetiva, em que as ações de envolvimento dos cuidadores possuem mais relevância do que a estrutura familiar na qual se inserem (Gualberto & Andrade, 2021).

A análise realizada neste trabalho permitiu observar a parentalidade de forma sistêmica, desde a fase de aquisição do casal, passando pela decisão de ter e criar filhos – atualmente entendida como uma escolha e não mais como uma obrigação voltada à manutenção da família tradicional (Gualberto & Andrade, 2021) – até eventuais fases de separação ou divórcio (Lima et al., 2024).

Ainda, constatou-se que a forma como os pais lidam com suas próprias infâncias constitui um fator importante no exercício da parentalidade (Benites et al., 2021). A transgeracionalidade, nesse sentido, é compreendida como um componente que pode se

configurar tanto em um fator de risco quanto de proteção para os sistemas familiares (Cowan & Cowan, 2019, citados por Cavalcanti et al., 2024).

A coparentalidade, por sua vez, foi compreendida como o apoio mútuo no exercício da parentalidade, reforçando a autoridade de ambos os cuidadores ao invés de estimular disputas. Em situações de separação ou divórcio, a dificuldade em separar conjugalidade de parentalidade torna-se evidente (Nascimento, 2018), fazendo necessária uma compreensão sistêmica e contextualizada da coparentalidade, já que a qualidade da antiga relação conjugal pode interferir em seu desempenho (Weber et al., 2021).

Por fim, destacou-se a importância de que pais, profissionais psicólogos e pesquisadores compreendam, intervenham e investiguem os sintomas clínicos na infância, considerando as características contextuais envolvidas, reconhecendo a saúde individual e familiar como aspectos indissociáveis que devem ser abordados de maneira sistêmica, complexa e intersubjetiva (Lima et al., 2021).

Nesse cenário, o trabalho do psicólogo como participante ativo é essencial por meio de orientações de práticas parentais, pesquisas, mediações ou terapia familiar, promovendo o diálogo dentro das famílias – elemento fundamental para o desenvolvimento saudável dos seus membros (Costa, 2010).

Entre os pontos positivos deste trabalho destacou-se a qualidade da bibliografia selecionada, que se alinhou de forma precisa aos objetivos e referenciais teóricos propostos. Além disso, a escolha da abordagem sistêmica revelou-se acertada, uma vez que permite o diálogo com outras abordagens da Psicologia e oferece ricas contribuições para o entendimento dos aspectos analisados, como evidenciado na maioria dos artigos selecionados.

A principal limitação da pesquisa foi a escassez de artigos nacionais na Psicologia disponíveis nos bancos de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), o que restringiu a amplitude da discussão.

Conclusão

A partir da análise realizada foi possível observar que os objetivos propostos neste trabalho foram plenamente alcançados, proporcionando uma reflexão ampla sobre a coparentalidade, a parentalidade e suas dinâmicas dentro das múltiplas configurações familiares contemporâneas. As pesquisas selecionadas atenderam de maneira satisfatória aos referenciais teóricos e metodológicos estabelecidos, permitindo uma compreensão sistêmica dos temas abordados e ressaltando a importância das funções parentais para o desenvolvimento saudável dos filhos.

O estudo evidenciou a necessidade de se pensar a coparentalidade de forma distinta da conjugalidade, assim como destacou o papel das relações parentais, independentemente da estrutura familiar ou da orientação sexual dos cuidadores. Ficou claro que o exercício da parentalidade é contínuo, compartilhado e subjetivo, transcendendo modelos tradicionais e requerendo atenção especial às influências transgeracionais e aos fatores de risco e proteção dos sistemas familiares.

No entanto, observou-se uma limitação no que se refere à abordagem das boas práticas de educação parental, que não foi explorada de maneira aprofundada neste trabalho, indicando uma possibilidade relevante para futuras pesquisas que desejem ampliar as discussões aqui desenvolvidas.

Diante do cenário de transformações sociais e do surgimento de novas configurações familiares na contemporaneidade, a temática da parentalidade e da coparentalidade mostra-se cada vez mais relevante. Estudar e compreender esses processos é fundamental, pois o exercício efetivo da parentalidade implica diretamente na formação de indivíduos saudáveis e, conseqüentemente, na construção de uma sociedade mais saudável.

Referências

- Amorim, E. P. M. (2022). *A Atuação Sistêmica do Psicólogo junto às Varas de Famílias* (1a ed.). São Paulo: Editora Dialética.
- Benites, M. R., Cauduro, G. N., Vaz, L. V., Borges, É. P. K., Selau, T., & Yates, D. B. (2021). Orientação a Práticas Parentais: descrição de um programa de intervenção individual breve. *Psicologia: Ciência E Profissão*, *41*(spe3), e192813. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/6RGdYVPjkqNPBXqJdbf5w4v/?lang=pt>
- Brasil. (2014). *Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014*: Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para estabelecer o significado da expressão guarda compartilhada e dispor sobre sua aplicação. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113058.htm
- Cavalcanti, J. M. de O., Alvarenga, P., & Anjos, N. C. dos. (2024). Efeitos de um Programa de Intervenção na Transição para a Parentalidade. *Psico-USF*, *29*, e265482. <https://www.scielo.br/j/pusf/a/kpGz6yYKLCsYYgFpNxNsgmP/?lang=pt>
- Cervený, C. M. de O., & Berthoud, C. M. E. (2002). *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Costa, L. F. (2010). A perspectiva sistêmica para a clínica da família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *26*, 95-104. <https://www.scielo.br/j/ptp/a/hH3DDqjySX3GHXgYG7tJwZD/>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed.). São Paulo: Atlas. Instituto Brasileiro de Direito de Família. Belo Horizonte. www.ibdfam.org.br
- Gualberto, A. T. S. & Andrade, C. C. (2021). Tornar-se pais: uma compreensão gestáltica das diferentes parentalidades contemporânea. *Revista da Abordagem Gestáltica*, *27*(3), 267-277. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672021000300003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

- Lima, M. O. F. F., Costa, C. B. da., Pasinato, L., & Mosmann, C. P. (2024). Sintomas de Ansiedade e Depressão em Crianças: Associações com o Funcionamento Familiar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 44, e261225. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/V8fK8VHwFwTrCtzBXnkMyYh/?lang=pt>
- Nascimento, P. C. (2018). *Preserve seus filhos: divórcio e bem-estar psicológico* (1a ed.). São Paulo: Chiado.
- Ogaki, H. A., & Piccinini, C. A. (2023). As funções parentais em casais homossexuais masculinos com bebês. *Psicologia Em Estudo*, 28, e53215. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/53215>
- Weber, A. S., Machado, M. S., & Pereira, C. R. R. (2021). A Experiência da Coparentalidade na Guarda Compartilhada. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, e221957. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/nxSFH5djGgNccLPsJpCs6Zg/?lang=pt>
- Zornig, S. M. A-J. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo psicanalítico*, 42(2), 453-470. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt